



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

LEI N. 1.473, DE 10 DE JANEIRO DE 2003

Transforma o Sistema Penitenciário do Acre em Autarquia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAGO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica o Sistema Penitenciário do Acre transformado em Autarquia e passa a denominar-se Departamento da Administração Penitenciária do Acre - DAP/AC, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, sede e fórum em Rio Branco e jurisdição em todo o Estado e gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas aos órgãos públicos.

Art. 2º Departamento da Administração Penitenciária - DAP/AC tem por finalidade o planejamento, a coordenação, a fiscalização, execução administrativa das penas privativas de liberdade e controle das políticas penitenciárias no âmbito da competência do Estado.

Art. 3º Ao Departamento da Administração Penitenciária - DAP/AC compete:

I - coordenar, supervisionar e executar as legislações federal e estadual de execução penal, prisão provisória e das medidas de segurança, bem como os demais atos normativos nas unidades prisionais;

II - supervisionar, inspecionar e coordenar todas as Unidades de Recuperação Social e demais órgãos componentes do sistema penitenciário;

III - estabelecer convênios e parcerias com organizações governamentais federais, estaduais, municipais, organismos internacionais públicos ou privados, organizações não governamentais e iniciativa privada para consecução dos seus objetivos;

IV - convocar reunião com os diretores, os profissionais da área técnica e o pessoal lotado nas Unidades de Recuperação Social e demais órgãos do sistema penitenciário;

- ~~V — realizar cursos de formação e qualificação do pessoal que presta serviço no sistema penitenciário;~~
- ~~VI — elaborar a estatística do sistema penitenciário;~~
- ~~VII — disciplinar a lotação das Unidades de Recuperação Social, proporcionando a ressocialização e a melhoria de vida da população carcerária;~~
- ~~VIII — promover a execução da pena privativa de liberdade de forma progressiva, possibilitando ao preso provisório, no que couber, e ao condenado, a inclusão em programas de trabalho, estudo e profissionalização;~~
- ~~IX — o desempenho de outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 4º Constituem receita do Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AC:

- ~~I — as dotações orçamentárias específicas;~~
- ~~II — os créditos especiais que lhe forem atribuídos pelo Governo do Estado;~~
- ~~III — o produto das operações de crédito que venham a realizar;~~
- ~~IV — o produto da alienação de bens patrimoniais considerados desnecessários e inservíveis;~~
- ~~V — os auxílios, subvenções ou dotações federais, estaduais, municipais ou privadas, oriundas de convênios ou acordos celebrados pelo Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AC;~~
- ~~VI — resultado dos negócios das atividades economicamente produtivas do sistema penitenciário;~~
- ~~VII — as taxas incidentes sobre a prestação de seus serviços peculiares, na forma da legislação em vigor;~~
- ~~VIII — as doações, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas nacionais, estrangeiras ou internacionais.~~

Art. 5º Toda receita do Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AC será contabilizada e obrigatoriamente recolhida em instituição financeira designada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Excepcionam-se do disposto neste artigo as rendas decorrentes de convênios, convenções, contratos ou acordos cujos termos determinem o recolhimento em outra instituição financeira, observadas as demais normas sobre a matéria.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 6º Passam a integrar o patrimônio do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC os móveis, veículos, imóveis, documentos e outros bens de propriedade do Estado, atualmente utilizados pelo Sistema Penitenciário do Acre.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo designará comissão para, no prazo de noventa dias, efetuar o tombamento, avaliação e incorporação de todo o acervo do órgão.

Art. 8º O patrimônio do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC será empregado na consecução de suas finalidades.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA BÁSICA

Art. 9º A estrutura organizacional administrativa do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC compreende os seguintes órgãos:

- I — Conselho de Gestão;
- II — Direção Geral;
- III — Gerência Administrativa e Financeira;
- IV — Gerência de Recuperação, Produção e Negócios;
- V — Gerência de Operações e Segurança;
- VI — Gerência das Unidades de Recuperação Social.

Art. 10. O Conselho de Gestão, integrado por cinco membros nomeados pelo Governador do Estado, terá a seguinte composição, com os seus respectivos suplentes, sendo que o exercício da função não será remunerado, considerado de relevante interesse público para os fins da legislação vigente:

- I - o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, que presidirá;
- II - o Diretor Geral do DAP/AC, que será o vice presidente;
- III - um representante do Ministério P\xfablico Estadual;
- IV - um representante do Poder Judiciário;
- V - um representante de entidade civil organizada diretamente relacionada com os objetivos do departamento.

~~S 1º O Conselho de Gestão funcionará na sede do DAP/AC e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.~~

~~S 2º Para realização das reuniões será exigida a maioria de seus membros.~~

~~S 3º Os conselheiros suplentes, quando não substituindo os titulares, somente poderão participar das reuniões com direito a voz.~~

~~S 4º As deliberações do Conselho de Gestão do DAP/AC, observando o quorum mínimo, serão tomadas pela maioria dos seus membros presentes.~~

~~S 5º As deliberações serão expressas através das resoluções assinadas pelo seu Presidente.~~

~~S 6º O presidente terá o direito a voto e também ao desempate.~~

~~S 7º O conselho definirá as resoluções a serem publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre.~~

~~**Art. 11.** As circunscrições regionais das Unidades de Recuperação Social terão sua competência e finalidade definidas no Regimento Interno Padrão das Unidades.~~

~~**Art. 12.** Os demais órgãos do DAP/AC serão definidos no regulamento da Autarquia, a ser aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.~~

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA

Art. 13. Compete ao Conselho de Gestão:

- I — aprovar propostas de planos, programas, projetos e orçamento;
- II — propor alteração do regulamento e do Regimento Interno Padrão;
- III — fixar a orientação geral dos seus trabalhos, em consonância com os planos de ação do Governo do Estado;
- IV — supervisionar a execução de planos, projetos, convênios e programas;
- V — aprovar o plano de classificação de cargos, empregos e salários;
- VI — aprovar as normas gerais internas sobre pessoal, material, finanças e patrimônio;
- VII — manifestar-se sobre relatórios e contas da Direção Geral;
- VIII — aprovar contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;
- IX — fiscalizar atos de gestão da Direção Geral e dos seus membros, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações e subsídios que julgar necessários;
- X — apresentar ao Governador do Estado, no mês de fevereiro, relatório anual sobre os trabalhos e negócios do DAP/AC do exercício anterior;
- XI — aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. São sujeitas à homologação do Governador do Estado as decisões do Conselho de Gestão relativas aos incisos I, II, V e VIII.

Art. 14. Compete à Direção Geral:

- I — representar o DAP/AC, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e nas suas relações com terceiros;
- II — coordenar e dirigir todos os setores do departamento, através dos gerentes responsáveis;
- III — relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais nos assuntos de interesse do departamento;
- IV — promover a administração geral do departamento, em estrita observância às disposições legais;
- V — exercer liderança política e institucional do departamento;

- ~~VI assessorar o Governador em assuntos de competência do departamento;~~
- ~~VII fazer indicações ao Governador para provimento de cargos em comissão e prover as funções gratificadas no âmbito do departamento;~~
- ~~VIII apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito das diretorias do departamento;~~
- ~~IX executar programação do departamento aprovado pelo conselho de gestão;~~
- ~~X expedir resoluções sobre a organização interna do departamento não envolvida por atos normativos superiores e sobre a aplicação das leis, decretos e outras disposições de interesse do departamento;~~
- ~~XI estabelecer parcerias de interesse do departamento, no sentido de promover capacitação de recursos técnicos, financeiros e materiais;~~
- ~~XII orientar e determinar a realização de auditorias internas;~~
- ~~XIII delegar atribuições;~~
- ~~XIV desempenhar outras atividades compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador e pelo titular do órgão jurisdicionante.~~

Art. 15. Compete à Gerência Administrativa e Financeira:

- ~~I coordenar, através das unidades integrantes da área, as atividades relacionadas com recursos humanos, serviços administrativos, orçamento e sua execução, tesouraria e contabilidade financeira e patrimonial;~~
- ~~II promover análise de relatório envolvendo programas e planos de trabalhos relativos à área;~~
- ~~III coordenar a elaboração do orçamento e a programação financeira do Departamento;~~
- ~~IV promover a elaboração do cronograma de desembolso e fluxo de caixa no detalhamento e pagamento solicitado;~~
- ~~V coordenar os serviços bancários do Departamento;~~
- ~~VI promover a cobrança e controle dos processos de prestação de contas de adiantamento, bem como acompanhar a aplicação das verbas oriundas de contratos e convênios, de acordo com a legislação vigente;~~
- ~~VII supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do departamento;~~
- ~~VIII supervisionar a elaboração de relatórios mensais sobre a posição de contas a pagar por credores, por tipo de serviço e programas especiais;~~

- ~~IX assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, os documentos de execução orçamentária e financeira;~~
- ~~X visar documentos relacionados com a movimentação financeira;~~
- ~~XI praticar atos administrativos relacionados com o sistema financeiro e de administração, em articulação com os respectivos responsáveis;~~
- ~~XII supervisionar o procedimento da análise de viabilidade de reparos em materiais e equipamentos, providenciando sua recuperação quando conveniente;~~
- ~~XIII desempenhar outras atividades com sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.~~

Art. 16. Compete à Gerência de Recuperação, Produção e Negócios:

- ~~I coordenar as atividades relacionadas com a permanência dos presos provisórios e dos sentenciados, objetivando a sua recuperação e reinserção social, bem como as atividades dos internos, visando a cessação da periculosidade;~~
- ~~II coordenar as atividades laborais dos privados de liberdade e dos submetidos à medida de segurança na produção industrial, extrativista, agropecuária e nos serviços gerais;~~
- ~~III promover a análise de relatórios envolvendo programas e planos de trabalho relativos à área;~~
- ~~IV supervisionar a elaboração dos relatórios mensais de atividades desenvolvidas;~~
- ~~V promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais afetos à área;~~
- ~~VI elaborar relatórios mensais de atividades desenvolvidas;~~
- ~~VII submeter à consideração do Diretor Geral os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~VIII outras atividades delegadas pela Direção Geral.~~

Art. 17. Compete à Gerência de Operações e Segurança:

- ~~I executar a política operacional de segurança das Unidades de Recuperação Social do Estado do Acre;~~
- ~~II elaborar e executar os planos e diretrizes referentes à segurança das Unidades de Recuperação Social;~~
- ~~III programar, organizar, orientar e coordenar as atividades de segurança desenvolvidas nas Unidades de Recuperação Social;~~

- ~~IV programar, organizar e orientar a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área de segurança do sistema penitenciário;~~
- ~~V organizar e orientar as ações referentes ao material bélico e à infra-estrutura da área de segurança;~~
- ~~VI organizar e orientar o cadastro geral e cartorial da população carcerária;~~
- ~~VII submeter à consideração do Diretor Geral assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~VIII organizar o grupo permanente de capturas de foragidos do sistema penitenciário;~~
- ~~IX desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.~~

Art. 18. Compete à Gerência das Unidades de Recuperação Social:

- ~~I coordenar e agilizar as demandas burocráticas das URS;~~
- ~~II informar a Direção Geral das prioridades e problemas das URS;~~
- ~~III supervisionar e orientar, em conjunto com a Direção Geral e Gerência de Operações e Segurança, as direções das unidades, uniformizando as ações administrativas;~~
- ~~IV apresentar relatórios mensais das atividades desenvolvidas na sua área;~~
- ~~V desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.~~

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Até a criação e efetivação do quadro próprio de pessoal, os atuais militares e servidores públicos estaduais permanecerão prestando seus serviços nas Unidades de Recuperação Social com a possibilidade de, havendo necessidade, serem solicitados dos órgãos cedentes atuais o aumento de seus efetivos.

Art. 20. A inclusão de todo e qualquer acréscimo na folha de pagamento decorrente de criação de gratificações de qualquer natureza, vantagens, concessões e outras, à exceção daquelas garantidas em lei, será previamente autorizada pela Direção Geral, com a homologação do Governador do Estado.

~~Art. 21. A criação da estrutura administrativa do Departamento de Administração Penitenciária do Acre - DAP/AC será por ato do Governador do Estado.~~

~~Art. 22. Serão fixadas as competências e as atribuições dos dirigentes, bem como as rotinas administrativas da URS's no Regimento Interno Padrão.~~

~~Art. 23. Fica autorizado o Poder Executivo a desmembrar e adequar o Orçamento do Departamento da Administração Penitenciária do Acre - DAP/AC ao Orçamento da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre.~~

~~Art. 24. Ficam criados um cargo de Diretor Geral e quatro de Gerentes, sendo os seguintes: a) de Administração e Finanças; b) de Recuperação, Produção e Negócios; c) de Operações e Segurança; d) das Unidades de Recuperação Social, todos de livre nomeação e exoneração do Governador do Estado.~~

~~§ 1º A remuneração do cargo de Diretor Geral corresponderá ao de Secretário Executivo, disciplinada no § 5º do art. 41 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1990.~~

~~§ 2º A remuneração do cargo de Gerente de Administração e Finanças corresponderá ao de Gerência 5 e a do Gerente de Recuperação, Produção e Negócios e do Gerente de Operações e Segurança corresponderá ao de Gerência 4, cujos valores são os estabelecidos no art. 90 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1990.~~

~~Art. 25. Todas as penitenciárias do Estado passarão a denominar se Unidade de Recuperação Social - URS e deverão ter suas administrações compostas sempre por um Diretor Geral, que responderá pela unidade e deverá preencher a disposição do art. 75 da Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984 e por um administrador.~~

Parágrafo único. ~~Fica autorizado o Poder Executivo a criar novas Unidades de Recuperação Social - URS, mediante solicitação fundamentada da Direção Geral do Departamento de Administração Penitenciária do Acre - DAP/AC.~~

~~Art. 26. Fica autorizada a abertura de Crédito Especial ao Orçamento vigente, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que provirá à conta de anulação parcial na Reserva de Contingência.~~

~~Art. 27.~~ Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

~~Art. 28.~~ Revoga-se a Lei n. 1.224, de 12 de junho de 1997.

~~Rio Branco, 10 de janeiro de 2003, 115º da República, 101º do Tratado de Petrópolis e 42º do Estado do Acre.~~

JORGE VIANA

~~Governador do Estado do Acre~~